

Baker convence Bresser a desistir de seu plano

Arquivo — 12/2/87

251 **Roberto Garcia**

Correspondente

WASHINGTON — Depois de duas horas de discussão com o secretário do Tesouro americano James Baker III, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, resolveu mudar a proposta que o governo brasileiro fará no próximo dia 25 aos bancos estrangeiros para reestruturar a dívida externa. Bresser Pereira abandonou a idéia de transformar 35 bilhões de dívida em títulos com 35 anos de prazo para pagamento, uma solução que tanto os credores quanto o governo americano consideraram excessivamente revolucionária. “James Baker não gosta da idéia”, justificou o ministro brasileiro ao sair da reunião, acrescentando que sua proposta foi interpretada incorretamente nos Estados Unidos como uma agressão ao sistema financeiro internacional.

Em vez disso, concordou em oferecer aos bancos, como opção que eles poderão aceitar voluntariamente, os chamados *títulos de saída*. Títulos desse tipo já foram incluídos no último pacote negociado pela Argentina com seus credores, mas apenas dois pequenos bancos optaram por essa solução. O ministro da Fazenda disse que “a única mudança importante em nossa posição é que desistimos de insistir na conversão da metade de nossa dívida nesses títulos”.

Bresser disse que fizera essa concessão a troca de uma promessa do secretá-

rio do Tesouro; “Ele vai ajudar em nossas negociações junto aos bancos e outros organismos internacionais de crédito. Ele também apóia nosso plano de fazer primeiro um acordo com os bancos e só depois negociar um esquema com o FMI”, disse o ministro da Fazenda.

Apesar disso, Baker disse que não iria ajudar o Brasil a conseguir outra importante meta no próximo ciclo de negociações — a eliminação da taxa de risco cobrada pelos bancos acima da taxa flutuante de juros, mais conhecida como *spread*. “Ele disse que esse é um assunto que nós teremos que negociar diretamente com os bancos”, disse Bresser. Até agora o melhor que os países latino-americanos conseguiram nesse aspecto foi redução dos *spreads* para 0,81%.

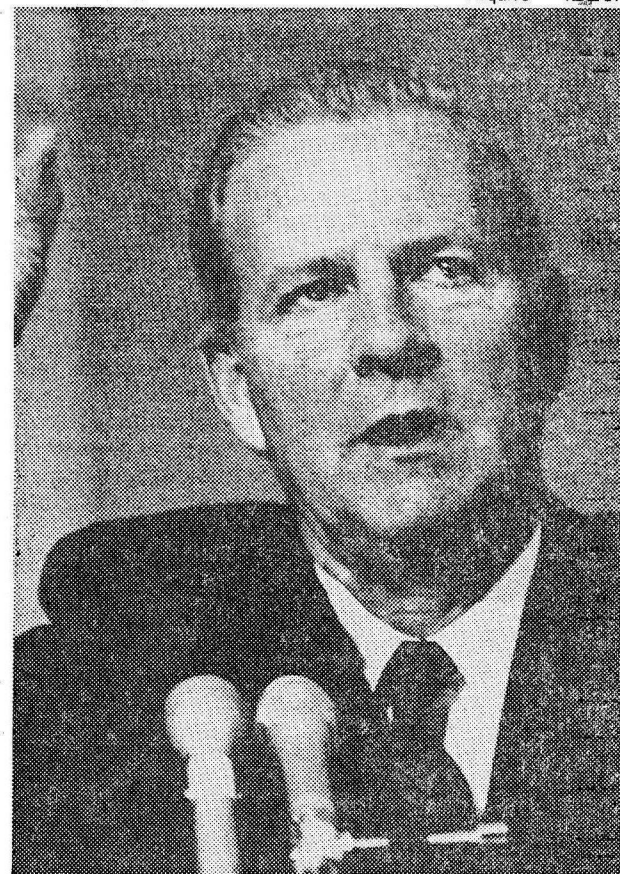
Bresser Pereira classificou a reunião de excelente, afirmando que ela decorreria em clima muito cordial. “Nossos interesses podiam conflitar em alguns aspectos mas também temos muitos pontos comuns.” Apesar disso, um membro da delegação brasileira disse que assessores do secretário do Tesouro “exibiram uma cara carrancuda quase todo o tempo”.

Ao abandonar a proposta de conversão da metade da dívida em títulos, Bresser confirmou uma impressão generalizada entre os grandes bancos americanos de que o governo brasileiro não estava realmente empenhado em fazê-la prevalecer. Por causa disso, porta-vozes da maior parte desses bancos recusaram-

se a encará-la seriamente, quando ela foi primeiro enunciada pelo presidente José Sarney, na semana passada. O recuo também confirmou a impressão dos credores de que, “devidamente pressionado, o Brasil mudaria de idéia”.

Alertado para as percepções negativas no Brasil de um recuo tático dessa natureza, o ministro da Fazenda disse que “na verdade demos um passo adiante, embora eu tenha recuado um pouquinho”. Ele negou grande substância à mudança de sua posição, argumentando que se tratava mais de uma troca de nomes. Os “títulos de saída” também são títulos com longo prazo de vencimento, que pagarão juros fixos abaixo das taxas de mercado”, disse ele. “Um título de saída pode ter infinitas formas, infinitas taxas de juros, prazos de vencimento múltiplos, pode incluir prêmios para seus detentores, de acordo com o desempenho da economia brasileira”, acrescentou.

Levando em conta que apenas dois bancos entre as centenas de credores da Argentina optaram por títulos de saída, Bresser concordou que precisaria tornar essa opção mais atraente para os bancos, a fim de ampliar sua adesão. Segundo o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Moreira, uma dessas “atrações” seria dar a esses títulos rendimento maior caso o superávit de exportações do Brasil aumente substancialmente, no futuro.



Baker não gostou das idéias de Bresser

EUA não vão cumprir ameaças

A reunião do ministro Bresser Pereira com o secretário Somer Baker demonstrou que, apesar de muitas ameaças veladas nas últimas semanas, o governo americano não está realmente disposto a rebaixar a classificação da dívida brasileira, em virtude da moratória. “Ninguém falou nesse tema durante nossa conversa”, afirmou o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Uma medida desse tipo causaria abalos desnecessários em muitos bancos americanos, forçando-os a aumentar ainda mais suas reservas para cobrir prejuízos e diminuindo seu capital de operações. Ela seria ainda mais injustificável, raciocinaram outros membros da delegação de Bresser, tendo em vista a disposição do governo Sarney em negociar com seus credores e, logo depois, assinar um acordo com o FMI.

Curiosamente, nem Baker nem seus assessores parecem ter insistido no pagamento simbólico de juros que vinha sendo exigido pelos bancos credores como indispensável para impedir uma séria deterioração de relações do Brasil com o sistema financeiro internacional. “Também não falaram nisso”, afirmou Milliet.

A falta de menção a esses dois temas não parece ter resultado da falta de consulta aos grandes bancos, por parte de

James Baker. Antes de Bresser e seus assessores entrarem no Departamento do Tesouro, o presidente da comissão que coordena todos os bancos credores do Brasil, William Rhodes, foi visto saindo discretamente do edifício, por uma porta lateral. Obviamente, Rhodes participava das discussões em que foi formulada a posição oficial americana.

Descoordenação — Em parte, o recuo de Bresser Pereira parece ter resultado da revelação prematura pelo presidente José Sarney de uma das propostas que ainda estavam sendo discutidas pela equipe econômica brasileira. Quando disse que o Brasil proporia a transformação de metade da dívida em títulos, Sarney precipitou uma discussão internacional a respeito das intenções brasileiras.

Normalmente, governos mantêm segredo de suas posições de negociação porque o vazamento desses detalhes pode prejudicar sua aceitação. Isso foi o que aconteceu.

Por outro lado, a disposição manifestada pela equipe econômica em negociar com outros governos ou bancos credores as características da proposta brasileira deixava o governo vulnerável a fortes crí-

cas. Segundo o professor de Economia do Massachusetts Institute of Technology, Rudingornbusch, “essas propostas têm que ser unilaterais, sem da aos credores alternativas que não sejam sua aceitação, pura e simples”. Dornbusch argumenta que “não se pode perguntar a um banco quanto ele admite perder. O diretor do banco que entrar numa discussão dessa será demitido”.

O embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Moreira, responde a essas críticas dizendo que “imposições unilaterais não têm sido muito bem-sucedidas nos últimos anos”. Reconhecendo sua vulnerabilidade, os países devedores têm usado todos os seus recursos para extrair as melhores condições possíveis nas negociações, mas evitam romper com o sistema financeiro internacional.

Como seria de esperar, porta-vozes de bancos credores manifestaram alívio ao saber que Bresser Pereira anunciara mudança da proposta do Brasil. “Sempre achamos que o governo Sarney adotaria uma política moderada, que preserva o bom relacionamento que sempre teve com a comunidade financeira internacional”, disse um alto funcionário do Citibank, o maior credor do país.